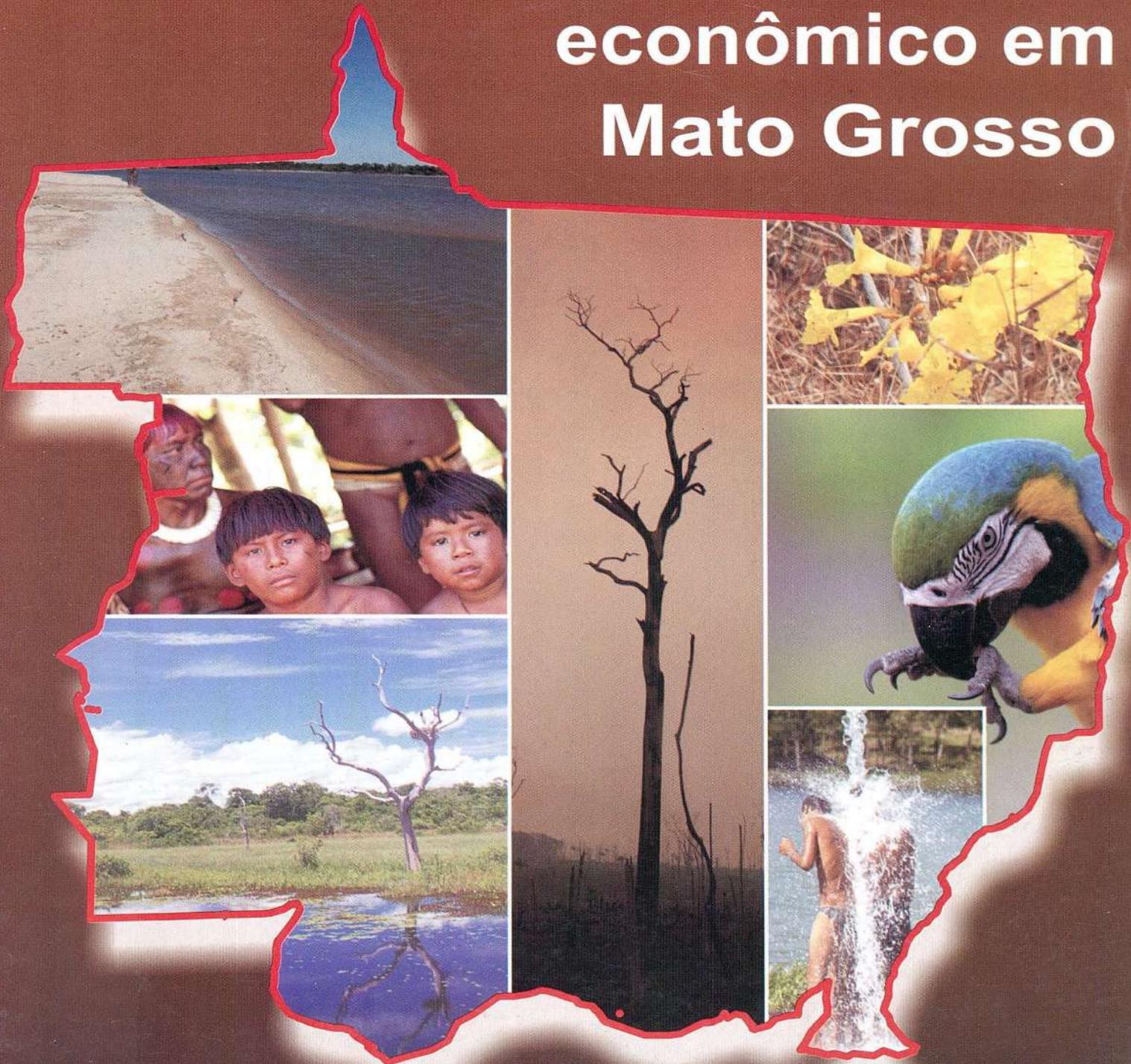




NOVOS RUMOS

Edição 4 - agosto de 2005 - distribuição gratuita

Modelo de desenvolvimento econômico em Mato Grosso



Sumário

Impactos econômicos do modelo de desenvolvimento econômico do Estado de Mato GrossoPágina 4

O espaço agrário mato-grossense na dinâmica da política nacional: disputas, negociações e alternativas classistas ao atual modelo de desenvolvimento do EstadoPágina 6

Modelo econômico, cultura e educação: rumo ao consumoPágina 10

Mato Grosso precisa de Políticas SocioambientaisPágina 14



Gestão
"Pra continuar valendo nosso suor"

Presidente:
Júlio César Martins Viana

Jornalista Responsável:
Regina Deliberai-DRTE-MT 281

Fotos:
José Medeiros

Produção:
Pau e Prosa Comunicação
65-3664 3300/65-3052.1138
contato@paueprosa.com.br

Rua Manoel Ferreira de
Mendonça,
nº 299 - Br. Bandeirantes
Cuiabá/MT - CEP 78.010-160
Fone: 65-3623.4343 / 0800-
654343
Fax: 65-3623.4699
sintep@terra.com.br
comunicacao@sintep.org.br

Editorial

Quem são os favorecidos?

A partir do tema "Modelo de desenvolvimento econômico. Quem são os favorecidos?", a proposta desta edição é de trazer à reflexão questões que seguramente se entrelaçam, indicando a necessidade premente de se construir uma sociedade sustentável já! Não estar em pauta reflexões sobre os modelos econômico, social, cultural e ambiental, alinhavadas por análises teóricas e práticas.

O objetivo é avaliar as demandas sociais, culturais, socioambientais e as políticas públicas no atual modelo de desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso. É trazer à luz questionamentos sobre os efeitos e prejuízos causados por um modelo econômico perverso que fecha os olhos para as políticas sociais, culturais e ambientais, e para o desenvolvimento sustentável.

Graças ao encadeamento das temáticas e propriedade com que são abordadas, os virtuosos escritores, que colaboram nesta edição, contribuem com muito mais que informações, mas com o que se pode forjar delas.

Num contexto alternativo, Clóvis Vailant evoca a trajetória econômica do Estado e conclui apontando um modelo possível de desenvolvimento econômico, e produção de serviços e bens materiais, na perspectiva da economia solidária. "Este modelo que põe as terras mato-grossenses a serviço da lógica e

do mercado internacional, na realidade exporta com competitividade porque deixa seus maiores custos para a sociedade local. Esses custos perpassam várias áreas, desde o ambiente, passando pela saúde e atingindo a cultura. Quando se destaca o ambiente propõe-se levantar o custo econômico de tal impacto, como por exemplo: quanto custará recuperar as matas de galeria e matas ciliares dos córregos e rios nas áreas de plantio de soja? Esta pergunta é necessária como outras que apresentam", questiona Clóvis Vailant.

Já o professor Marcos Caron aborda o vertiginoso e necessário desenvolvimento do Estado, fazendo o cotejamento entre a acelerada produção de riquezas e a perversa distribuição da renda. Ele chama a atenção, ainda, para a vulnerabilidade do modelo econômico calcado no agronegócio.

No texto "Modelo econômico, cultura e educação: rumo ao consumo", Maria de Lourdes Bandeira e Otávio Freire recolocam criticamente as implicações entre modelos econômicos adotados ao longo de nossa história, e as influências destes no processo de desumanização de parte da nossa cultura, processo este em que a educação está diretamente vinculada. "O mercado, através dos mercados de necessidades, vai tecendo redes efêmeras de significado. Mantém os consumidores presos à superfície da vida. É sob o enfoque da banalização da vida, dos seus sentidos e valores, que os efeitos do atual modelo de desenvolvimento econômico na cultura são

mais perversos. A influência da cultura de consumo correlaciona-se a grandes perdas culturais, em especial no campo da educação pública", escrevem os autores.

A necessidade da definição de políticas socioambientais é elucidada por Márcio Santilli através de dados estatísticos sobre Mato Grosso, da análise desses números e seus impactos à sociedade local e global. O crescimento dos desmates ilegais põe em xeque a eficácia e a vontade política em operar os instrumentos de controle ambiental existentes. E ele alerta: "Há que se considerar ainda que o desmatamento anda de mãos dadas com a grilagem de terras públicas, com o aumento da violência de grileiros contra posseiros e trabalhadores rurais pobres e com a sustentação de esquemas criminosos de corrupção que permeiam os vários níveis da administração pública, como bem demonstrou a recente Operação Curupira, drenando recursos que seriam preciosos para melhorar as condições de vida da população num contexto de fortes restrições fiscais".

A leitura inferencial destes artigos enseja o enternecimento por novas formas de equilíbrio entre o indivíduo e a comunidade; entre o "gastar e o nutrir" – processos permanentes que possibilitam a convivialidade.

Boa leitura e reflexão.

A Direção

Impactos econômicos do modelo de desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso

Clóvis Vailant

O modelo de desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso baseado na nova apresentação do antigo sistema colonial de plantation, ou seja, o agronegócio tem propalado seus números positivos tais como 11.702.165 toneladas de soja colhidas em 2002, dados oficiais do Anuário Estatístico de Mato Grosso 2003 (SEPLAN, 2003), o crescimento das exportações do Estado em 41,92% de 2004 em relação a 2003 e até a melhora do IDH dos municípios que mais colhem soja, o produto que é o carro chefe deste modelo. Esta é apenas parte da verdade, para tanto é necessário expor outras informações.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento o montante de todos os produtos exportados do agronegócio, de básicos a industrializados, chega 25,58% da exportação brasileira somando 24,678 bilhões de dólares, ou seja, sem a exportação das "commodities" agropecuárias, a balança comercial ainda teria apresentado um saldo positivo de mais de 9 bilhões de dólares, então não é o "agrobusiness" que garante a atual boa situação da balança comercial brasileira.

Mato Grosso, que tem na soja seu principal produto de exportação, responde por 23,57% da exportação brasileira do chamado complexo da soja. E ainda o Estado responde por apenas 3,2% do total exportado pelo país, ou seja, não é o Mato Grosso que tem liderado, apesar do aumento, a exportação brasileira.

Este modelo que põe as terras mato-grossenses a serviço da lógica e do mercado internacional, na realidade exporta com competitividade porque deixa seus maiores custos para a sociedade local. Esses custos perpassam várias áreas, desde o ambiente, passando pela saúde e atingindo a cultura. Quando se destaca o ambiente propõe-se levantar o

custo econômico de tal impacto, como por exemplo: quanto custará recuperar as matas de galeria e matas ciliares dos córregos e rios nas áreas de plantio de soja? Esta pergunta é necessária como outras que apresentam.

Sobre os custos ambientais observa-se os impactos no mosaico de imagens de satélite disponíveis no site www.cdbrazil.cnpemembrapa.br acesso em: 26 jun. 2005. (MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. 2004.). Tais imagens permitem visualizar, em uma escala cartográfica de 1:50.000, como as margens dos rios e córregos estavam desmatadas em 2002 (ano de aquisição das imagens) nas áreas de plantação de soja. Tal situação terá de ser revertida, pois o risco para as águas, que são um bem comum, é muito alto e o custo monetário desta recuperação, já acenam os sojicultores, ficará a cargo do Tesouro do Estado, ou seja, para todos.

Outro impacto ambiental que afeta diretamente a saúde, diz respeito aos agrotóxicos que se acumulam no solo e nas plantas aquáticas. As partículas dos venenos que acumulam nas plantas aquáticas dos rios mato-grossenses entram na cadeia alimentar dos rios e acumulam-se nos peixes e depois nos trabalhadores e trabalhadoras que destes se alimentam, provocando intoxicação e necessários e conseqüentes tratamentos médicos, que na sua maioria são realizados pelo SUS e, portanto, pagos por todos que recolhem impostos ou pagam-lhes embutidos no preço do arroz e do feijão.

A perda e contaminação de solo também não são contabilizadas. Um centímetro de solo (profundidade) pode levar até setenta anos para se formar e perdemos até três por safra. Há ainda o custo da contaminação e da degradação pela monocultura.

Outro custo que por hora ainda não pode ser quantificado, mas sabemos não será pequeno, é o da erosão genética de uma agricultura

de uma só espécie e a conseqüente perda de diversidade. Quando o custo do desmatamento desenfreado será contabilizado?

Essa produção pensada para "fora" acaba por provocar um grande fluxo de veículos de carga nas rodovias, tanto para o escoamento da produção quanto para abastecer as cidades com produtos que perfeitamente poderiam ser produzidos no local. Desta situação temos custos que ficam para a sociedade. O primeiro que destacamos é o dos produtos que poderiam vir do campo próximo das cidades e não vêm, porque a terra está ocupada por latifúndios produtivos, tais produtos custam aos consumidores e consumidoras muito mais e ainda não geram trabalho e renda no local. Tais produtos gerariam mais emprego no setor agropecuário, sobretudo em pequenas propriedades que respondem pela maioria dos alimentos produzidos no Brasil (cerca de 70%). O segundo impacto é muito mais caro do que é possível quantificar, esses movimentos maiores nas estradas têm custado vidas em acidentes e deixado órfãos, viúvos e viúvas que não passariam por tal sofrimento. O transporte de cargas, muitas vezes fora dos limites previstos, provoca danos à cobertura



preços maiores no transporte rodoviário de passageiros por aumentarem os custos das empresas.

O vazio de gente provocado pela monocultura gera um impacto cultural que também não é possível mensurar financeiramente, porém sabemos que uma imensa riqueza produzida por anos de práticas culturais das comunidades rurais estão sendo tragadas por este modelo que transforma vilas e povoados em grandes extensões de soja e algodão. Campos ricos de grãos e pobres de gente e cultura.

É verdade que o Produto Interno Bruto (PIB) mato-grossense que é o total de bens e produtos produzidos no ano, no Estado, cresceu nos últimos anos, porém o teórico enriquecimento foi e é mal distribuído. Dos 17,88 bilhões de Reais do PIB de Mato Grosso de 2002, aproximadamente 25% foram provenientes da agropecuária, sendo, portanto 4,47 bilhões de Reais. Vale ressaltar que parte dessa produção é da agricultura familiar camponesa e não do agronegócio.

A População Economicamente Ativa (PEA) de Mato Grosso, ou seja, as pessoas em idade e condições de produzirem, em 2002 somavam 1.326.741 pessoas, das quais 368.192 trabalhavam no campo, segundo dados do Anuário Estatístico de Mato Grosso 2003 (opcit). Das 368.192 pessoas da PEA, 55,39% ou 203.956 eram trabalhadores e trabalhadoras que receberam em 2002 até 1 salário mínimo, e portanto a estes e estas couberam apenas 4,25% do PIB da agropecuária mato-grossense. Com quem ficaram os outros 95,75%? Boa parte foi apropriada pelas empresas transnacionais que comercializam agrotóxicos, sementes e máquinas agrícolas e outra parte foi para as empresas comercializam os grãos produzidos em Mato Grosso e, claro, muito está acumulado nas mãos de grandes produtores. O interessante que agora em 2005, quando o preço da soja cai, eles querem que o Tesouro Nacional, ou seja, a população toda pague suas dívidas. Por que não dividiram igualmente o que ganharam antes?

Convém ressaltar que o PIB de Mato Grosso em 2002 foi 28% menor que do Estado do Amazonas e que comprova que o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio não se mostrou tão eficiente economicamente quanto propalado.

Indicadores de 2003 demonstram que esse modelo continuou concentrador de renda, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2004 (IBGE,2005) 50% dos mais pobres de Mato Grosso ficaram com 18,3% do rendimento total contra 11,2% que ficou com 1% dos mais ricos. Outros dados são esclarecedores da concentração de renda no Estado. Segundo a mesma fonte, em 2003 40% dos mais pobres da população ocupada, ou seja, aquela que exercia alguma atividade remunerada, recebeu em média 0,94 salário mínimo vigente na época, e os 10% mais ricos receberam 12,37 salários mínimo, a diferença é de 13,1 vezes.

Os dados acima são todos oficiais, no sentido da legalidade, pois são fornecidos pelo poder público através de seus órgãos responsáveis, porém existem contestações cotidianas ao observar e vivenciar a realidade. Conhece-se a periferia das cidades, os acampamentos de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, os rios assoreados, as árvores que agora são só lembranças dos mais velhos, a falta de peixe para as festas tradicionais das comunidades ribeirinhas, o desemprego e até a fome que mora ao lado de grandes plantações. Isto não é sustentável nem democrático. Este modelo ou agoniza ou provocará a agonia de todos e todas deste Estado.

A sociedade não está apenas olhando, ela se organiza, estuda e propõe. O Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento e Meio Ambiente (FORMAD), organização que reúne 41 entidades da sociedade civil (ONG's, sindicatos, centrais sindicais, organizações sociais e religiosas), vem desenvolvendo em conjunto com professores da UNEMAT o projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático o MTSD. Este projeto, uma regionalização do Brasil Sustentável e Democrático que foi desenvolvido

por um conjunto de ONG's, está realizando estudos setoriais avaliando a sustentabilidade e a democracia nas atividades econômicas desenvolvidas em Mato Grosso, e visa a propor uma alternativa de desenvolvimento a partir de ações econômicas e políticas que distribuam renda, sejam sustentáveis, incorporem o respeito aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de todos e todas.

Nesta direção surge em 2003 a Rede Mato-grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária (REMSOL) que é uma alternativa de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores que produzem e consomem e que não estão incluídos no mercado capitalista. A REMSOL agrega atualmente cinco Incubadoras de Empreendimentos Solidários e Sustentáveis da UNEMAT e grupos de trabalhadores e trabalhadoras em diferentes organizações que vão de cooperativas a grupos culturais que praticam a



asfáltica que serão reparados pelos recursos públicos e ainda provocam cooperação no trabalho e a solidariedade como princípio de relacionamento cotidiano ente si e com a natureza. Educação e solidariedade são aprendizagens cotidianas praticadas na REMSOL, que se propõe, avance para um conjunto maior da sociedade mato-grossense que, sabemos não será hegemônica, mas que precisa de um outro modelo que inclua trabalhadores e trabalhadoras. Segundo dados oficiais 223.515 trabalhadores e trabalhadoras da PEA em Mato Grosso estavam sem rendimentos, em 2002, e que este número subiu para 270.196 trabalhadores e trabalhadoras. Essas pessoas, que para

o mercado são apenas exército de reserva, se recusam a serem números e são sujeitos que trabalham no que é possível e resistem como seres humanos, seres de direitos desrespeitados que, mais cedo do que acreditam os latifundiários monocultores, reclamarão seus direitos mais incisivamente do que já fazem atualmente. Ai está a insustentabilidade econômica do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio.

Clóvis Vailant é atuante nas Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da UNEMAT, membro da Coordenação Interinstitucional do Projeto MTSD

e praticante de Economia Solidária na REMSOL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, Anuário Estatístico 2003, Vol. 25, Cuiabá, Central de Texto.

www.cdbrasil.cnpn.embrapa.br acesso em: 26 jun. 2005. MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). Brasil Visito do Espaço. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MPOG. Síntese de Indicadores Sociais 2004. Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 15. Rio de Janeiro, 2005.

O espaço agrário mato-grossense na dinâmica da política nacional: disputas, negociações e alternativas classistas ao atual modelo de desenvolvimento do Estado

Marcos Caron

A convite do SINTEP-MT proferi palestra no dia 18 de junho de 2005 para professores do ensino público no município de Confresa, extremo nordeste do Estado, pertencente à histórica e nacionalmente conhecida região do Vale do Araguaia. Em parceria com o companheiro e,



agora amigo Júlio César Viana, presidente da referida instituição sindical, dividimos a mesa com os temas "O Modelo de Desenvolvimento de Mato Grosso" e "As Reformas da Previdência Social", sendo o primeiro a razão maior do convite a mim estendido, ao passo que no segundo atuei mais como "observador ativo", procurando mediar os esclarecimentos do Júlio com as dúvidas dos professores estaduais e municipais ali presentes.

Apesar de um tanto corrido e cansativo – dois dias de carro na ida e 27 horas de ônibus na volta - o evento muito me agradou. Mesmo conhecendo relativamente bem o Estado de Mato Grosso, a viagem, em si, já é um rico aprendizado, pois senti-se na pele (e notadamente no pulmão) as difíceis condições de transporte e de vida no longo trecho não pavimentado da BR 158 (meu limite de conhecimento prático na região era Ribeirão Cascalheira), além de outras estradas secundárias que passamos na ida devido ao problema de interdição de uma ponte.

Somada às questões citadas, também me agradou sobremaneira o comportamento dos docentes públicos nos debates ao longo da palestra: tranquilos, serenos e, acima de tudo, educadíssimos, mas sem nenhum "mimo" supérfluo e mantendo, inclusive, o distanciamento crítico tão peculiar à população do Araguaia. Tal atitude, creio, deve-se provavelmente à herança militante de parte da platéia local, fruto de três décadas de luta e sacrifícios, sob a liderança real e simbólica do nosso querido dom Pedro Casaldáliga, agora institucionalmente "aposenta-

do" do cargo - mas, para a nossa satisfação, segundo entrevistas recentes, não das ações e muito menos de suas utopias cristãs/ socialistas.

Pode-se também deduzir que parte desta postura salutar deveu-se, além da característica regional mencionada, ao contexto *sui generis* pelo qual o país está passando atualmente, pois já vivíamos o início da crise do "mensalão", com a primeira "denúncia" (ou seria melhor dizer confissão?) feita pelo presidente nacional do PTB, deputado federal Roberto

Jefferson, da "base aliada" do governo petista. Portanto, além de não ser nossa intenção, o momento não propiciava o usual discurso militante tipo "nós, da esquerda ética, democrática e justa" versus "a velha direita injusta, carcomida e corrupta", até porque este discurso, pelo menos nesse período agudo da crise, ficou um tanto quanto cansativo para nós mesmos. Assim, sem rebaixar nossos valores duramente construídos desde o século XIX, e muito menos retirar as críticas à velha direita fisiologista ou à nova direita mercadológica, procuramos nos concentrar na análise dialética e reflexiva sobre o tema em questão - "As contradições do modelo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso" - relacionando-o com o atual cenário político nacional. Conseqüentemente, o presente artigo seguirá algumas diretrizes estabelecidas na palestra em função não só da complexidade do assunto mas, principalmente pelo clima de perplexidade política que nós, da esquerda "calejada", estamos vivendo.

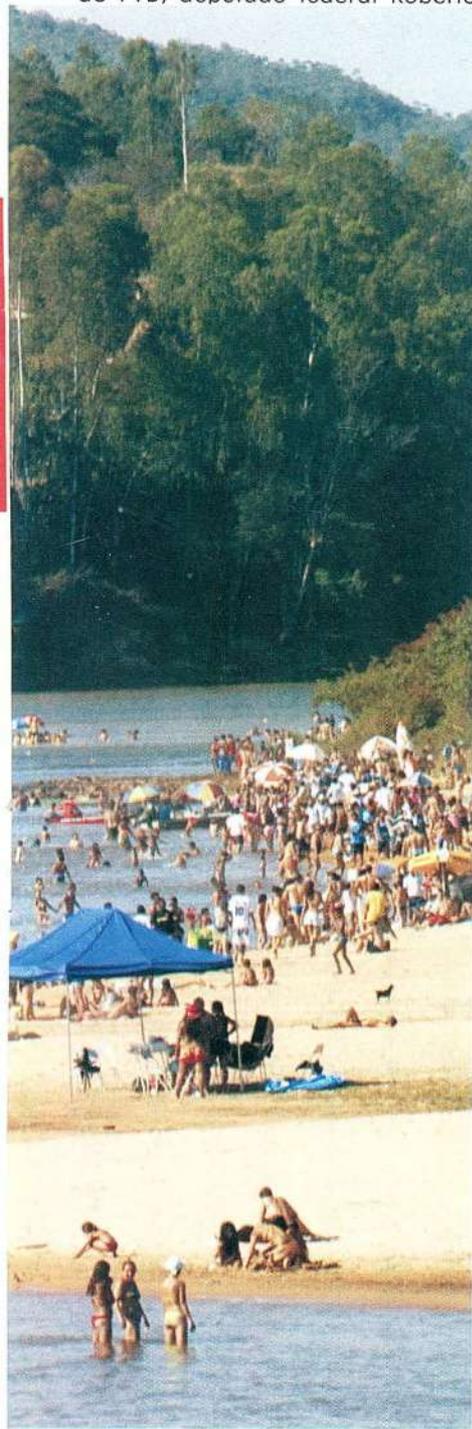
Nesse sentido, se em Confresa não houve espaço para os usuais jargões da esquerda na análise política, creio que não caberia aqui a repetição dos tradicionais jargões na esfera econômica dirigidas ao "modelo econômico neoliberal", tantas vezes denunciado por nós nos últimos 15 anos. Esta postura, contudo, em absoluto significa renúncia às bandeiras do passado ou adesão indiscriminada ao modelo em questão mas, sim, o fato de que, passado dois anos de experiência da esquerda no controle do estado federal, temos no mínimo a obrigação de elaborar análises que possam avançar, ainda que timidamente, sobre os referenciais teóricos que sustentavam nossos discursos de outrora.

Portanto, somos forçados a admitir que não deve ser por razões banais que quadros importantes e honestos da esquerda brasileira (e sobre os quais esperamos que não haja surpresas no atual andar da carruagem) afirmem publicamente que "não é fácil sair do modelo", ou que é necessário manter - por "muitos anos", diz Palocci, além de outros - o

superávit primário elevado e o presente rigor fiscal se o país quiser alcançar o almejado crescimento econômico, o qual forneça suporte real ao sonhado e decantado desenvolvimento sustentável. Mais reflexivos ficamos ainda quando esses mesmos quadros afirmam peremptoriamente que, ao lado dos investimentos em infra-estrutura, um dos alicerces desse desenvolvimento é e será calcado na expansão das exportações de grãos oriunda do agronegócio, solidamente implantado nos cerrados do Centro-Oeste e em terras Amazônicas. Sendo assim, qualquer debate sobre o modelo de desenvolvimento mato-grossense não se restringe ao âmbito interno do Estado mas, sim, a toda uma divisão nacional e internacional do trabalho

Sob a ótica do capitalismo agrário, os dados do desenvolvimento mato-grossense são irrepreensíveis. Implementado ao longo dos últimos 25 anos, o aumento da área plantada foi de quatro vezes; a produção agrícola aumentou 760%, e o número de municípios emancipados passou de 38 para 147. Como resultado, nos últimos 15 anos o PIB mato-grossense triplicou, e a média de crescimento do Estado foi bem superior à média nacional. Enquanto o Brasil passou por períodos recessivos de 1990 a 1998, com um crescimento médio de 2,8% ao ano, Mato Grosso cresceu em média 4% ao ano. Na contramão do fatídico biênio 98/99, quando o país amargou os efeitos da crise cambial, Mato Grosso teve um crescimento ainda maior, 8,75 %, aproveitando-se exatamente da desvalorização do real frente ao dólar. Desse modo, o Estado é um dos melhores exemplos das inovações técnicas e organizacionais que se estabeleceram no campo brasileiro a partir de 1980, ou seja, "da produção de uma nova geografia feita de "belts" modernos e novos "fronts" (...)."áreas que, ocupadas em outros momentos, se densificam e se tecnicizam" (Santos, 2001, p. 119).

Todo esse impulso acarreta uma dinâmica de aumento populacional sem precedentes na história do Estado, com consideráveis movimentos



migratórios que levaram alguns novos municípios a crescerem em média 13 % ao ano no último quinquênio, chegando a 20,9 % em Confresa e 21,5 % em Sapezal, situando-os entre os maiores do país. Para se ter uma idéia, o crescimento anual demográfico brasileiro, que ainda é considerado alto, está em torno de 2% .

Tais números, com certeza, alimentam o forte "ufanismo estadual" que tem pautado os pronunciamentos políticos das elites conservadoras mato-grossenses e mesmo no imaginário popular do Estado, composto na sua maioria pela leva de migrantes de todo Brasil que, entre vencidos e vencedores, viram nos chapadões mato-grossenses a derradeira possibilidade de encontrar "a terra da promessa".

Porém, visto com cautela, o modelo mostra claramente suas fissuras. Uma análise preliminar do quadro mato-grossense não deixa margem de dúvidas quanto a algumas verdades dos discursos críticos mais radicais. O modelo é extremamente vulnerável às oscilações econômicas internacionais, como se pode ver pela grave crise do setor no momento. A riqueza oriunda deste processo é excessivamente concentrada não só do ponto de vista de classe, mas especialmente sob o panorama espacial geográfico. Os principais vetores de desenvolvimento do Mato Grosso continuam assentados, exceto pela BR 070 (esburacada e de péssima manutenção), no eixo norte-sul das rodovias federais: BR 163, BR 364 e BR 158. Como resultado, a ligação inter-regional no sentido leste-oeste é precária ou quase inexistente, ou seja, o Estado continua sendo, como em tempos bandeirantes, "um corredor entre o centro-sul brasileiro e o norte amazônico".

Na perspectiva do modelo urbano, as cidades do agronegócio impulsionam em larga escala toda a economia do Estado, sem dúvida, mas elas são minoritárias numericamente e profundamente diferenciadas do crescimento médio populacional do Estado, de 2,4 % ao ano (equivalente, portanto, à média nacional), causando assim grave desequilíbrio na distribuição da arrecadação tributária. Dessa maneira, ao invés de se tentar "diluir o suco", fez-se a clara opção pelo modelo de desenvolvimento "extrato de tomate": muita concentração em pouca embalagem.

Quanto às exportações, carro-chefe da economia mato-grossense, 80% delas baseiam-se no monopólio da soja e derivados, acentuando alto grau de dependência externa e interna, lembrando-se ainda a estrutura precária das estradas para o escoamento das safras. Além disso, a extração predatória da madeira, somada às queimadas insanas que dão lugar às pastagens extensivas que comportam mais de dezoito milhões de cabeças, só de bovinos, demonstra elevado grau de irracionalidade ecológica, inaceitável aos parâmetros das mais diversas óticas ambientais, mesmo as conservadoras. Tais perversidades foram explicitadas nas recentes denúncias de corrupção que extrapolaram as fronteiras do país, as quais culminaram nas prisões de vários funcionários do IBAMA e da FEMA pela Polícia Federal, inclusive do Secretário Estadual do Meio Ambiente. (Abrimos aqui um pequeno

parêntese: por que não se vê nos órgãos de imprensa do Estado a mesma pergunta que se faz no momento sobre Lula na esfera federal, ou seja, o governador sabia ou não do esquema?).

Todas essas denúncias são atribuídas à sanha de lucros e crescimento desordenado estimulados pelo agronegócio, inclusive com ligações criminosas, embora devemos ter a lucidez de evitar as generalizações predatórias, tão comuns na política brasileira. A título de comparação da problemática exposta, demonstraremos aqui dois exemplos sintéticos, um internacional e outro nacional.

A Finlândia, país nórdico europeu de alto nível de renda e consumo, tem 5.200.000 habitantes numa área de 338.145 km, o que corresponde a 15,3 hab/ km. Grande produtor e exportador mundial de madeira, celulose e papel, o país possui ainda 70% das suas florestas de pé, reflorestadas em grande medida, decerto, mas, enfim, conservadas e racionalmente exploradas. Já o Mato Grosso, estimulado pela alusão dos "empresários-gafanhotos" de que "se eles, os gringos, acabaram e replantaram a mata deles, por que não podemos fazer o mesmo aqui?", os números são diferentes. Com 903.383 km e 2.504.353 hab (três vezes maior que a área da Finlândia e metade da população) devastou 80% ou mais dos cerrados e pôs abaixo mais de 50% das florestas tropicais (matas de transição e amazônica). E isto com aproximadamente 1/3 da população abaixo da linha de pobreza, por conseguinte, com baixíssimo nível de consumo e recursos materiais. Se a pequena Finlândia (para os padrões brasileiros, não europeus) adotasse a escala do atual desmatamento mato-grossense, de aproximadamente 23.000 a 27.000 Km ao ano, o país dos "dez mil lagos" desapareceria em 12 anos !

No plano interno, podemos fazer outra comparação curiosa. O Estado de Minas Gerais, com 17.891.494 habitantes, exporta aproximadamente seis bilhões de dólares e importa outros três bilhões (dados de 2000). Se dividíssemos hipoteticamente este "superávit" entre a população, teríamos cerca de 167,6 dólares por habitante. Já Mato Grosso exporta 1,4 bilhão de dólares e importa US\$ 136 milhões, portanto, superávit de US\$ 1,264 bilhão. Seguindo o mesmo raciocínio, teríamos aqui 504 dólares por habitante, portanto, três vezes maior que Minas Gerais. Entretanto, é só viver em Mato Grosso para se perceber a distância do nível de desenvolvimento e da qualidade de vida urbana (não nos referimos somente à questão material) entre os dois Estados, apesar da grave problemática social comum em todo o Brasil.

É mister reconhecer certa arbitrariedade de nossa parte na escolha das duas comparações, uma vez que faltam aqui detalhamentos mais pormenorizados dos respectivos contextos históricos e regionais de cada exemplo citado. Contudo, eles não retiram a constatação básica de que é preciso repensar urgentemente o atual modelo de desenvolvimento mato-grossense e substituí-lo por outro mais harmonioso e equitativo. Porém, é neste momento que se distancia o jargão usual da esquerda brasileira da construção efetiva de um projeto político alternativo con-

sistente. O primeiro é muito útil (ou pelo menos era) nos palanques de campanha, ou até mesmo para se ganhar uma eleição. Mas, se não for acompanhado pelo segundo, com o tempo mostra-se insuficiente para enraizar-se na sociedade e transformá-la.

Nesse sentido, não vejo eficiência alimentar ilusões no seio do funcionalismo, especialmente dos professores públicos, de que os salários podem ser aumentados proporcionalmente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Posso estar equivocado no que digo, mas é essa a impressão que tenho nas minhas "andanças" pelo meio sindical docente do Mato Grosso. Creio que melhoria significativa na condição salarial do professorado é possível, mas há que se lembrar que qualquer crescimento econômico requer despesas para alimentar sua própria expansão, ou seja, novas cidades demandam a instalação e a expansão de novos serviços e servidores públicos, e, não simplesmente aumento salarial para o funcionalismo já estruturado. Conseqüentemente, imagino que o avanço dos trabalhadores em educação nesse item, num hipotético cenário alternativo de esquerda no Estado, deveria surgir mais da pressão das lutas sindicais por nova distribuição dos recursos públicos – leia-se aplicação de uma reforma tributária estadual sob novas prioridades políticas - do que o aumento em si do PIB ou da expansão das arrecadações estaduais e municipais.

Da mesma forma seria ilusório acreditar que se poderia mandar às favas o agronegócio e substituí-lo de vez pela agricultura familiar tradicional ou modernizada. Além da ausência de força política para tanto, pois ele também tem amplo apoio popular no norte e leste do Estado, seria irracional no aspecto econômico. Não é contraditória, em si, a melhoria do desenvolvimento social na presença de grandes áreas de plantação de grãos: todos os países desenvolvidos as têm, notadamente o Canadá e os Estados Unidos, bem como a China sob liderança do Partido Comunista. Lembremos ainda que, no auge da

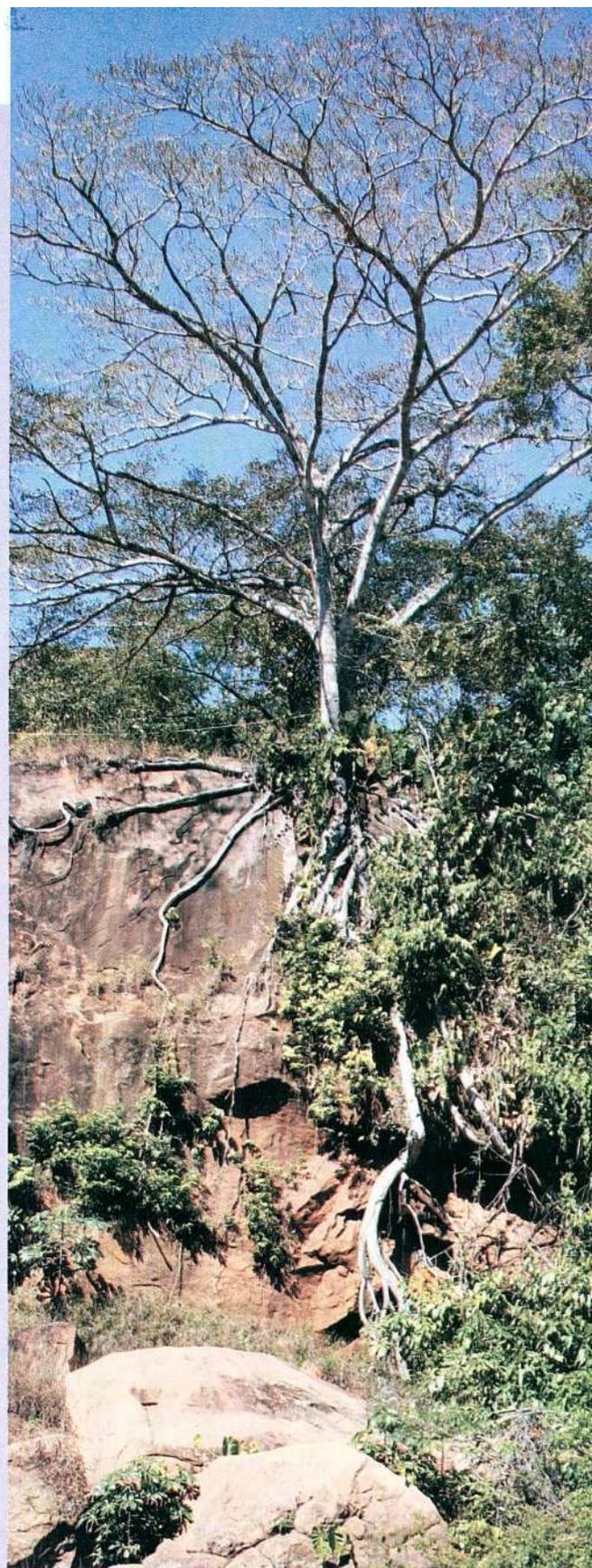
planificação agrícola dos anos socialistas soviéticos, de 1930 a 1970, também foram instalados grandes "belts" de grãos e de algodão nas vastas planícies da Ucrânia e da Ásia central soviética, os quais, a despeito dos seus equívocos, continuam lá até hoje. Como se vê, grandes monoculturas de grãos em áreas planas nas são apenas assuntos mercadológicos do capitalismo.

Assim, um projeto alternativo de curto e médio prazo teria que superar a crítica unilateral que vê o agronegócio apenas como o bichopapão do capitalismo agrário – aquele que expulsa famílias e reduz drasticamente a oferta de mão-de-obra no campo - e tentar construir a possibilidade de vê-lo dividir o mesmo espaço agrário com a agricultura familiar modernizada, uma vez que ambos são, em diferentes escalas, subsidiadas em parte pelo financiamento público. Tal visão demanda esforço em separar, no interior do agronegócio, o joio do trigo (ou abrasileirando o ditado, a soja do milho), distinguindo os agro-criminosos ou agrogafanhotos dos verdadeiros agroprodutores, socialmente possíveis de se dialogar, controlar e fiscalizar.

Fraseologia oca e "politicamente correta?" De forma alguma. Tal proposta tem recebido, por incrível que pareça, reflexão pertinente nos últimos discursos públicos do João Pedro Stédile, líder do revolucionário MST, quando ele afirma que "*há espaço para a agricultura familiar e há espaço para o agronegócio*".

Creemos, portanto, que um hipotético modelo alternativo de desenvolvimento no Mato Grosso teria mais que negociar com o agronegócio do que enfrentá-lo diretamente ou procurar substituí-lo na marra. Tal negociação, obviamente, não deve soar como submissão, mas deveria assentar-se em base soberana e independente dos conglomerados monopolistas do empresariado rural, de modo que não se repita a tragédia política que se abateu sobre o governo petista na esfera federal.

Um empreendimento político dessa envergadura não seria de todo impossível: o agronegócio é sem dú-



vida um setor hegemônico no cenário político e econômico do norte mato-grossense, mas de forma alguma é permanentemente "hegemonizador" para toda a população do Estado. Ele apresenta suas fraquezas já mencionadas, e seria forçado a ceder em alguns pontos

dada sua grande vulnerabilidade externa e a forte dependência dos subsídios e financiamentos estatais. Os "tratores", na Esplanada dos Ministérios em Brasília, bem como os "caminhões" de madeireiros, na Avenida do CPA, em Cuiabá, causam ruídos ensurdecedores no teatro político nacional e mato-grossense, porém não muito mais que o velho caminhão de som dos companheiros trabalhadores sindicalizados e os pés descalços dos sem-terra.

Por fim, gostaríamos de encerrar dizendo que reflexões teóricas são sempre menores do que o desenrolar prático dos embates classistas. As propostas feitas aqui só poderiam ser comprovadas de fato na arena real

dos conflitos políticos mato-grossenses: "é melhor viver a Revolução do que escrever sobre ela", disse Lênin, com provável satisfação, às vésperas da Revolução de 1917 na Rússia, quando interrompeu sua famosa obra "O Estado e a Revolução" para dirigir o processo político mais importante do século XX. Obviamente, nossas pretensões aqui são infinitamente mais modestas; no caso, reflexões políticas de âmbito regional. Além disso, não estamos numa conjuntura revolucionária; na melhor das expectativas, vivemos um momento de importantes reformas na sociedade e no sistema político brasileiro, e isto se a crise atual do governo Lula for superada positivamente. Mas continuo a

crer que, a despeito das inúmeras interpretações que se façam sobre o melhor modelo de desenvolvimento para a desigual Nação brasileira, ainda não esmoreceu uma máxima feita nos anos 30 do século passado pelo histórico líder marxista peruano Mariátegui, da qual me utilizei no encerramento da palestra em Confresa: "uma determinada classe de trabalhadores que não luta para colocar alguns centavos a mais no bolso, bem como alguns segundos a menos na jornada de trabalho, não merece ser chamada como tal".

Marcos Macedo Caron é professor do Instituto de Educação da UFMT, formado em Geografia e mestre em Educação pela UNB.

Modelo econômico, cultura e educação: rumo ao consumo

Maria de Lourdes Bandeira
e Otávio Freire

Vivemos, ao longo da década de 80, um processo inflacionário brutal. Esse processo de deterioração da nossa moeda não se restringiu à economia, afetando as bases da sociedade, com efeitos profundamente danosos sobre a distribuição da riqueza entre as classes sociais.

A alteração extremamente acelerada do valor da moeda tornou-se foco de conflitos, de corrosão de regras, de grande tensão entre os agentes econômicos, destruindo as relações de mercado, com pesados custos para a classe trabalhadora, sem condições de fazer aplicações financeiras que, através do mecanismo de correção monetária, de algum modo compensavam perdas.

A inflação galopante tinha se tornado um monstro assustador e o seu combate com o Plano Real deu certo. Foi bem sucedido no que diz respeito à regeneração da moeda, à estabilização de preços. Mas, no que concerne ao desafio do desenvolvimento, persistem posições controversas.

A corrente estruturalista entende

que a inflação se associa a tensões de custos decorrentes da estrutura agrária, da estrutura oligopolista de mercado, da estrutura do comércio internacional. Para promover o crescimento tornam-se necessários investimentos do Estado, proteção à produção nacional através de barreiras à importação.

A corrente monetarista entende que a inflação se articula essencialmente ao desequilíbrio das contas do setor público. Seus adeptos advogam pouca intervenção do Estado na atividade econômica. Os gestores de nossa política econômica, desde o Plano Real, se afiliam à corrente monetarista. No governo FHC foram adotadas políticas fiscais e monetárias restritivas com altas taxas de juros, sacrificando o crescimento e o emprego em benefício do pagamento dos juros e das parcelas da dívida do país junto aos bancos e demais organismos financeiros internacionais. O governo Lula deu continuidade a essa política.

A crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, focada nas consequências sociais, não tem aberto espaço a uma crítica dos efeitos da

política econômica monetarista sobre a cultura. Não temos a pretensão de dar conta, neste artigo, de uma crítica cultural abrangente. Mas desejamos pontuar algumas imbricações entre modelo econômico, cultura e educação, buscando refletir sobre elas.

A internacionalização da economia, no contexto de uma cultura em que mais e mais definimos quem somos e o que queremos em termos do nosso consumo, vem anestesiando a percepção de nossas amarras à estrutura social, embora essas amarras continuem demarcando nosso lugar no sistema de posições (Baudrillard, 1991).

Abordando a cultura como dimensão simbólica da ação social (Geertz, 1978), alguns de seus processos ganham evidência, porquanto fundamentais na construção das nossas referências, da nossa visão de mundo, dos nossos valores. Esses processos são mais intensos e incisivos na infância e vão gradativamente diminuindo de intensidade ao longo da vida, mas não se estancam. Os principais agentes de socialização são a família, a escola e os meios de co-



municação. A ação socializadora da família e da escola ainda se orienta pelas pautas tradicionais da cultura, privilegiando o desenvolvimento humano. A ação dos meios de comunicação, entretanto, é predominantemente pautada pela cultura de consumo cujos significados e símbolos se enraízam no mercado. A ação socializadora dos meios de comunicação vem se estendendo à família e à escola, através de comunicadores, produtores e negociadores de símbolos em favor do consumo, do gasto e do prazer.

O mercado, através dos mercadores de necessidades, vai tecendo redes efêmeras de significado. Mantém os consumidores presos à superfície da vida. É sob o enfoque da banalização da vida, dos seus sentidos e valores, que os efeitos do atual modelo de desenvolvimento econômico na cultura são mais perversos. A influência da cultura de consumo correlaciona-se a grandes perdas culturais, em especial no campo da educação pública.

Uma das mais significativas mudanças que a cultura do consumo detona é a substituição do valor de uso e de troca pelo valor de signo. O consumo deixa de ser ancorado na finalidade, na necessidade, para atracar-se na aparência, numa estética esvaziada de sentido. Compramos produtos de "marca" (autênticas ou não), em que o signo (marca) tem mais valor que a finalidade do produto. Ao usar o tênis, o jeans, a bolsa de "marca" tornamos objeto da marca, servindo-lhe de vitrine, de exposição, sem qualquer outro proveito além da experiência ilusória de aparência breve do ter e ser o que o signo (a marca) representa. O signo, todavia, não dissolve a estrutura social, embora ofereça a impressão passageira de que se é sem ser. Por isso mesmo, cresce a pirataria das marcas e aumentam as dificuldades de combate às fraudes.

Vejamos como processo de envolvimento da educação pública nas bandagens da cultura do consumo, sob a égide do modelo econômico, resultou no lamentável quadro de sucateamento que nos afeta.

Primeiramente, é preciso lembrar que educação e cultura nunca gozaram de maiores apreços entre nossos

governantes, desde a época colonial. Essa indiferença e descaso não foram muito diferentes no Império e na República. O coronelismo e o poder local, "donos" da educação pública, faziam das escolas propriedade sua. Sem valor para as elites que dispunham de suas próprias alternativas de educação escolar privada, a educação pública era, e ainda é, um valor fundamental para as camadas populares que com ela dispõem de alguns mecanismos de acesso, ainda que frágeis e de alcance limitado.

No movimento da Escola Nova a educação pública e suas repercussões na cultura ganharam laivos de atenção. Mas duraram pouco. Os governos militares nutriram grande desprezo pela cultura e uma visão obtusa e empobrecedora da educação.

A cultura podia ser violada, mutilada, asfixiada, pois entendiam que perdas e danos culturais não afetavam a ordem, a segurança, o desenvolvimento. Ao contrário, para mantê-los e promovê-los, qualquer assalto ou predação cultural eram praticados sem qualquer constrangimento, sob o manto da "legalidade".

A educação pública foi depredada, abalroada, amassada e depois reformada, como um objeto avariado que ainda não era possível descartar. Os governos militares entendiam que com tecnicismo fariam da educação pública, bem ao modo do figurino fordista, uma linha de montagem produtiva e eficiente. Com tal concepção patrocinaram um processo de desmonte da educação pública, subordinando a qualidade à quantidade, a produção do conhecimento ao controle burocrático, a ciência à técnica, a reflexão e o pensamento crítico à mediocridade aquiescente.

Experiências educacionais de vanguarda foram esfaceladas. Paulo Freire e sua proposta de educação popular foram cassados e expurgados. E a mais criativa e bem articulada resolução do binômio educação e cultura num projeto de educação popular foi completamente triturada.

A força criadora da cultura não se estancou porque estava enraizada nas camadas populares. A produção

cultural se nutria da inventiva do seu extraordinário imaginário, das suas inesgotáveis fontes de significado. Como o povo sempre esteve fora das esferas de poder, as mudanças de humores políticos não chegavam a comprometer profundamente essas fontes, porque a própria cultura popular desenvolveu uma tradição de resistência e vitalismo.

Mas os impactos do desenraizamento começam a abrir feridas com a migração interna a que grandes parcelas das camadas populares foram reiteradamente pressionadas, pela falta de meios de subsistência e pela passagem abrupta da pobreza à miserabilidade, provocando perdas culturais significativas. O empobrecimento cultural ganha força e velocidade na confluência de duas vertentes espoliativas, as perdas do patrimônio popular de bens simbólicos e a privação do patrimônio cultural que a elite mantém, incorporando, inclusive, o próprio patrimônio cultural popular.

Com a tão desejada e custosa conquista da redemocratização do país, a educação e a cultura pareciam, enfim, ganhar novas perspectivas. Esperança enganosa. A política neoliberal atrelou a educação pública à visão do Banco Mundial (Altmann, 2002) e reduziu a cultura a signos de consumo, de pouca importância na produção de riqueza, de pouco ou nenhum peso na balança de pagamentos.

A abertura e a importação de produtos baratos das economias emergentes devastam os nichos remanescentes de produção da cultura popular. Festas, feiras, praças, sacolas e outros fluxos informais de comunicação e de circulação da produção popular de bens culturais foram devastados pela onda gigante de importados. Objetos de pouco valor de uso, tecno-bugigangas baratas de duração efêmera, quinquilharias decorativas de gosto duvidoso, utilidades domésticas de plástico e metais coloridos brotaram, aos borbotões, do corredor comercial aberto com a China e a Coréia, alimentando a imensa cadeia de lojas 1,99 que se alas-

trou por todos os cantos deste país. Camelôs, camelódromos, *out-lets*, feiras de importados, "paraguaizinhos", passaram a atrair consumidores, oferecendo uma gama variada de produtos tecnológicos, de preços atraentes e convidativos. Os relógios, os ventiladores, os tênis importados, provocaram uma verdadeira febre de consumo. Os jogos eletrônicos, os aparelhos de som e os CDs piratas, inebriam crianças, jovens e adultos, criando a possibilidade de uma atmosfera de prazer e de entretenimento aqui e agora, acessível ao comando de um simples gesto de apertar um botão.

Uma cultura de consumo fantasiosa e voraz vai se impondo como uma perigosa carga simbólica virtual subjacente, capaz de provocar a "perda do real", pela evanescência e aparente ruptura dos tênues ligamentos e amarras estruturais do social que, no entanto, seguem nos mantendo conformados aos nossos lugares e à ordem que os determina.

Os bens culturais, transformados em signos de consumo, retiram dos seus produtores o reconhecimento social do valor, do talento, da criatividade, da inventiva, da competência de produção de sentidos, da capacidade de significar e ressignificar, indispensáveis à vitalidade da cultura.

O nosso espaço cultural vai se tornando um lugar de encontro fortuito de signos de diferentes culturas. Signos, todavia, não são símbolos, não são fonte de sentidos, de significações. São apenas sinais, cacós, fragmentos, suportes de sentidos que, por analogia, com eles podem ser constituídos metaforicamente.

Slater (2002), apoiando-se em Bourdieu, refere-se a uma nova lógica econômica em favor do consumo hedonista, do gasto e do prazer, explorada por executivos das finanças, do design e do prazer. Essa lógica fundamenta-se na ênfase nos indivíduos, dentro das organizações, em detrimento dos grupos; na preocupação de administração do corpo e das emoções; no surgimento dos "mercadores da necessidade" e dos "inter-

mediários culturais" que são comunicadores e produtores de signos que desalojam os produtores tradicionais de bens culturais.

As organizações, orientadas por essa lógica, adotaram um novo discurso voltado para a produtividade, perspectivando uma nova cultura organizacional. Partindo do entendimento da organização como um sistema cultural, esse discurso busca instituir normas, valores, modos de pensar e de sentir pro-ativos de motivações, de padronização de pensamento e ação que se enquadrem no modelo de "bom comportamento", de "boas atitudes", de acordo com os interesses da organização, integrando os trabalhadores no seu campo social como "colaboradores" empenhados não só em alcançar as metas, mas também em superá-las. Os significados e o sentido dessa nova cultura organizacional configuram um trajeto heróico, diariamente renovado, em direção ao "sucesso" da organização, à vitória do lucro, a baixos custos. Inversamente, os custos pessoais dos colaboradores são cada vez maiores. Recai sobre seus ombros o peso e o desgaste desse trajeto heróico. O trabalhador, discursivamente reapresentado como colaborador, vai sendo pressionado a internalizar os valores da organização, desenvolvendo um sentimento de pertença, de lealdade em relação a ela, uma certa gratidão pela sua inclusão nos seus quadros. Como os chefes imediatos são a face próxima da organização, cresce a tendência de formatação de relações assimétricas mediadas pela necessidade de reconhecimento e segurança, pensados como acessíveis no contato obsequioso com o poder.

Na década de 80, a administração do sistema educacional de Cuiabá adotou os pressupostos organizacionais da qualidade total. Os dirigentes da pasta da Educação estavam convencidos de que não havia diferença significativa entre a administração da educação pública e a administração de uma empresa privada. Pressupunha-se que os problemas da educação pública eram problemas de gestão e podiam ser tecni-

camente resolvidos com o modelo de gestão da qualidade total desenvolvido pela Toyota, no Japão.

A escola é pensada como fábrica, a aprendizagem como produto, os professores como operários, o projeto pedagógico como protótipo, o currículo como linha de montagem, o aluno como cliente. E aí começava o absurdo da "produção", configurando um quadro de absoluta ambigüidade: a educação escolar é uma "fábrica"? O aluno é um cliente? O produto da educação escolar é recebido/consumido pelo aluno/cliente? Em tal caso ele será sujeito do processo de conhecimento? Se sim, ele não recebeu/consumiu o serviço, ele é agente do processo, logo a educação escolar não se resume a prestação de serviços educacionais. Se o aluno não é agente do processo educativo, a educação escolar se resumiria a acumulação de conteúdos. Mas então, a educação não é de qualidade.

Nos anos 90, a qualidade total saiu de foco, como entrou, sem qualquer perspectiva ou conseqüência. Mas uma visão estereotipada da educação, afiliada às concepções neoliberais de cultura organizacional, incrustou-se na base do modelo econômico. Esse modelo de desenvolvimento vem se empenhando na dissolução do mito do estado de bem-estar social e construindo por sobre seus escombros, o mito do estado mínimo. A disciplina fiscal e monetária, buscadas como mudança permanente e paradigmática no modo de gerir o dinheiro público, exigem o encolhimento do Estado e a transferência de responsabilidade de investimentos ao setor privado.

Assim, os investimentos do Estado na educação pública vêm sofrendo um persistente processo de depressão escancarando, sem qualquer constrangimento ou pudor, as portas da educação escolar em todos os níveis ao setor privado.

Contraditoriamente, a carreira docente encontra-se no mais alto patamar de exigência de formação: curso superior, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado. Para progredir na profissão e galgar o último degrau da carreira, o professor enfrentará no mínimo, mais sete ou oito anos de estudos após a conclusão do curso superior, devendo minimamente produzir uma monografia de especialização, uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado, um ensaio ou outra modalidade de trabalho acadêmico de alto nível no pós-doutorado. Os níveis salariais são mantidos engessados, corroendo o lastro do reconhecimento social da profissão docente. No entanto, cada vez mais se empurra sobre os ombros de professores e professoras o peso do malogro da educação pública.

Vai se instaurando, no processo de resignificação da educação como serviço público ou privado, a cultura do campo educacional como campo de negócio, a escola como organização preocupada com a produtividade. O ensino reduzido à aprovação, vai se resignificando como produto, o professor como operário, o aluno como cliente.

Os gastos com educação, sob a ótica do produtivismo, devem ser inversamente proporcionais ao

número de clientes, pois quanto menor a relação aluno/custo, mais eficiente o sistema nacional.

Nesse contexto, o empobrecimento das escolas e dos professores cresce a olhos vistos, mas isto pouco tem sensibilizado a sociedade política e a sociedade civil.

A cultura de consumo e a sua expressão organizacional vão rapidamente secando reservatórios de sentido, aplainando o simbólico e corroendo a cultura, infiltrando-se no sistema educacional, preenchendo os buracos e os vazios que o estado mínimo vem abrindo ou deixando no rastro de sua implantação.

A cultura cívica da formação da cidadania que incorpora o bem-estar social entre seus valores fundamentais vai se esgarçando ao impacto do modelo de desenvolvimento econômico. A educação, nesse contexto, vai se reduzindo a um bem de consumo, a pacotes de conteúdo, de informação.

Mas é bom lembrar que informação não é conhecimento e nem formação.

Jamais seremos uma economia desenvolvida sem conhecimentos; jamais seremos uma Nação desenvolvida sem formação, sem valores democráticos, sem inclusão social, sem políticas públicas de educação de qualidade, com equidade.

Esse é o paradoxo em que a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico, a educação e a cultura nos mergulhou. Esse é também o grande problema que a sociedade e o Estado estão sendo instados a resolver.

Maria de Lourdes Bandeira é professora, doutora em Ciências Humanas pela USP e pós-doutora em Educação.

Otávio Freire é professor, especialista em Marketing e doutorando em Educação pela USP.

Bibliografia

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa. São Paulo: FEUSP, 2002, p. 77-89

BAUDRILLARD, Jean. A Sociedade de Consumo. Lisboa: Editora 70, 1991.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SLATER, Don. Cultura do Consumo e Modernidade. São Paulo: Nobel, 2002.



Mato Grosso precisa de Políticas Socioambientais

Márcio Santilli

O Estado de Mato Grosso vem apresentando um acentuado e contínuo crescimento econômico ao longo da última década, mesmo durante períodos em que a economia brasileira esteve em recessão. O Estado mantém um PIB fortemente composto pela atividade agropecuária e vem sendo, historicamente, um dos principais pólos de expansão do agronegócio no Brasil.

Anos atípicos de alta nos preços internacionais da soja e de outras *commodities* agrícolas alavancaram a mecanização no campo, especialmente nas áreas mais planas, em grande medida coincidentes com a região de Cerrado. Houve forte valorização do preço da terra, com processos de conversão de áreas antes ocupadas pela pecuária para a agricultura de exportação. Com isso, a fronteira agrícola expandiu-se para o norte, incrementando os índices de desmatamento da Amazônia Legal Brasileira.

Evidentemente, a expansão da fronteira agrícola não é o único passivo ambiental do Mato Grosso. Até hoje estão expostas as seqüelas deixadas pelo garimpo

Desmatamento

No entanto, é a questão do desmatamento, no âmbito das políticas socioambientais, que vem colocando o Mato Grosso em evidência nos planos nacional e internacional. O que espanta não é o desmatamento em si, prática de tradição histórica em todo o País desde os tempos do Pau-Brasil, que nos deu nome. É o ritmo que impressiona, movido pelo capital acumulado oriundo das atividades agrícolas e pela disseminação de tecnologias que operam até em tempos de chuva. Neste quadro, o crescimento dos desmates ilegais põe em xeque a eficácia e a vontade política em operar os instrumentos de controle ambiental existentes.

Vale ressaltar o papel crescente do Mato Grosso na

predatório que deu origem a vários municípios. As políticas federais de concessão de terras e colonização também se basearam, durante décadas, na comprovação da ocupação pelo desmatamento. O Estado viveu o mesmo intenso processo de urbanização que marcou o Brasil das últimas décadas, além das migrações regionais, e que está visível nas condições do meio ambiente urbano, em especial na degradação da qualidade de vida nas cidades. A situação do saneamento básico – provimento de água potável, serviços de coleta de esgoto, tratamento do lixo, canalização de águas pluviais – é muito precária no Estado e não tem melhorado na proporção do crescimento econômico conquistado.

Por sua vez, o desejado crescimento também não se refletiu linearmente na melhoria dos indicadores sociais. Se aumentou a oferta de vagas nas escolas e de serviços de saúde, ainda ocorrem índices alarmantes de mortalidade infantil e há falta de mão-de-obra especializada em vários setores. Se o agronegócio ampliou a oferta de empregos registrados na atividade rural, também promoveu migrações para os centros urbanos e a concentração da propriedade da terra em poucas mãos. composição do índice de desmatamento na Amazônia. No pico histórico observado em 1994-95, em que mais de 29 mil km² de florestas foram derrubados em toda a Amazônia, 10.391 km² estavam no Mato Grosso, o equivalente a cerca de 35% do desmatamento total. Aquele recorde para a Amazônia ainda não foi superado, tendo havido uma queda nos anos seguintes sucedida de uma nova ascensão, até a projeção recentemente divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de que mais de 26 mil km² teriam sido desmatados em 2003-04. O recorde mato-grossense de 1994-95, superado em 2002-03 com a marca dos 10.458 km², atingiu, porém, os 12,5 mil km² em 2003-04, com a elevação para 48% da participação do Mato Grosso na composição geral do índice.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Desflorestamento em km²/ano de 1978 a 2003

| Estados da Amazônia | 77/88 | 88/89 | 89/90 | 90/91 | 91/92 | 92/94 | 94/95 | 95/96 | 96/97 | 97/98 | 98/99 | 99/00 | 00/01 | 01/02 | 02/03 | 03/04 (*) | |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|
| Acre | 620 | 540 | 550 | 380 | 400 | 482 | 1208 | 433 | 358 | 536 | 441 | 547 | 419 | 727 | 978 | 803 | -18% |
| Amapá | 60 | 130 | 250 | 410 | 36 | 9 | | | 18 | 30 | | | 7 | | 4 | | |
| Amazonas | 1510 | 1180 | 520 | 980 | 799 | 370 | 2114 | 1023 | 589 | 670 | 720 | 612 | 634 | 1016 | 1734 | 1054 | -39% |
| Maranhão | 2450 | 1420 | 1100 | 670 | 1135 | 372 | 1745 | 1061 | 409 | 1012 | 1230 | 1065 | 958 | 1330 | 986 | 725 | -26% |
| Mato Grosso | 5140 | 5960 | 4020 | 2840 | 4674 | 6220 | 10391 | 6543 | 5271 | 6466 | 6963 | 6369 | 7703 | 7578 | 10458 | 12586 | 20% |
| Pará | 6990 | 5750 | 4890 | 3780 | 3787 | 4284 | 7845 | 6135 | 4139 | 5829 | 5111 | 6671 | 5237 | 8697 | 6880 | 6724 | -2% |
| Rondônia | 2340 | 1430 | 1670 | 1110 | 2265 | 2595 | 4730 | 2432 | 1986 | 2041 | 2358 | 2465 | 2673 | 3605 | 3369 | 4141 | 23% |
| Roraima | 290 | 630 | 150 | 420 | 281 | 240 | 220 | 214 | 184 | 223 | 220 | 253 | 345 | 54 | 3 | | |
| Tocantins | 1650 | 730 | 580 | 440 | 409 | 333 | 797 | 320 | 273 | 576 | 216 | 244 | 189 | 259 | 190 | 107 | -44% |
| Amazônia | 21050 | 17770 | 13730 | 11030 | 13786 | 14896 | 29059 | 18161 | 13227 | 17383 | 17259 | 18226 | 18165 | 23266 | 24602 | 26140 | 6% |
| Outras UF's | 6580 | 4630 | 3150 | 3300 | 3060 | 1797 | 6093 | 3051 | 1831 | 3047 | 2827 | 2721 | 2552 | 3386 | 3895 | 2689 | |

* Década
** Biênio

(*) Estimativa

Fonte: INPE, 2004

com números publicados no Globo em 19/05 para 2003 e 2004

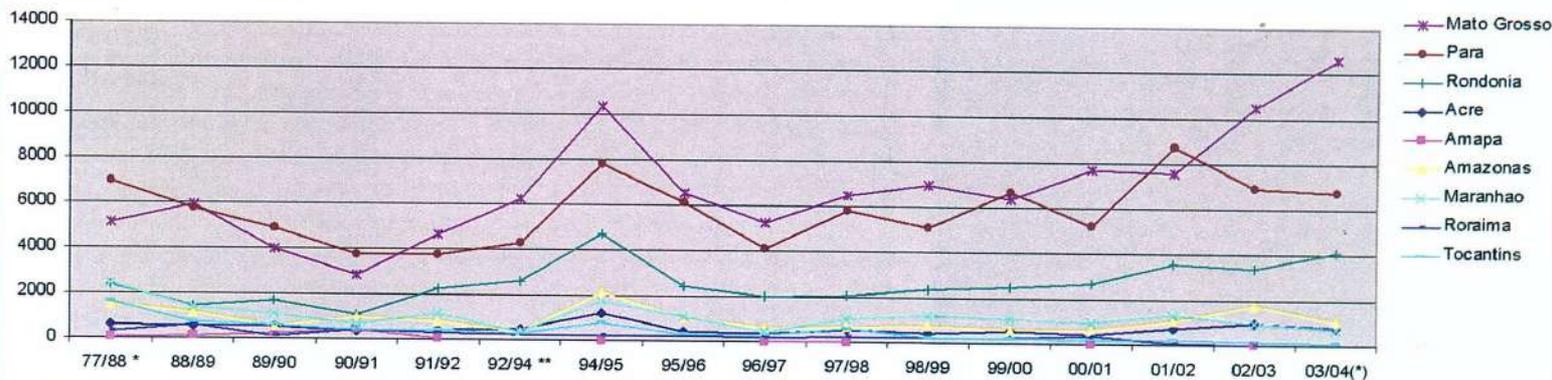
A análise da série histórica de dados sobre desmatamento disponibilizados pelo Inpe mostra o impacto progressivo da expansão agrícola sobre a região

de floresta no Estado. São dados que não abarcam o desmatamento na região de Cerrado ou o seu avanço sobre os rios formadores do Pantanal

Mato-grossense. Portanto, os desmates monitorados pelo Inpe já se referem ao desdobramento ulterior daquela expansão, rumo ao norte.

Participação dos Estados na composição da taxa regional

Taxas de desmatamento na Amazônia de 1978 a 2003 (km²/ano)



A seqüência de dados mais recentes produzidos pela Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema) tem a vantagem com-

parativa de informar sobre o desmatamento em outros biomas representados no Estado. A partir daí, constata-se que o "boom" agrícola

pressiona mais o Cerrado que a própria floresta. Ou seja, a pressão opera num vetor de fora para dentro da porção amazônica de Mato Grosso.

Desmatamento em Mato Grosso de 1999 a 2004 (em ha)

| ecossistema | desmatamento até 1999 | desmatamento de 2000-2001 | desmatamento 2002 | desmatamento 2003 | desmatamento 2004 |
|-------------|-----------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Cerrado | 12.070.206 | 348.421 | 199.920 | 597.157 | 44.801 |
| contatos | 3.977.264 | 227.861 | 118.272 | 358.252 | 113.301 |
| Floresta | 9.836.126 | 734.876 | 482.870 | 1.135.950 | 749.833 |

OBS:

1. considerar que o INPE mapeia apenas áreas com fisionomia de floresta independente da classificação do IBGE ou do RadamBrasil
2. a divisão por ecossistema foi feita com base no mapa do RadamBrasil, uma das fontes de tipologia vegetal da FEMA.

só para referência!

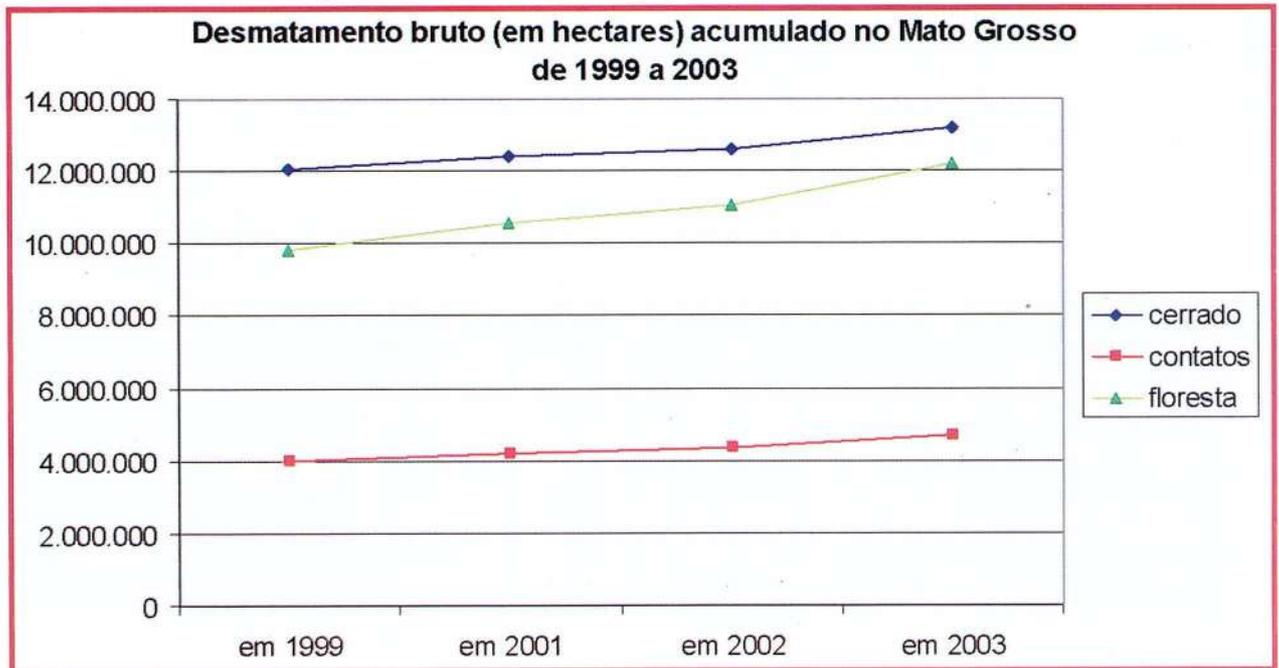
ACUMULADO

| ecossistema | em 1999 | Em 2001 | em 2002 | em 2003 |
|-------------|------------|------------|------------|------------|
| Cerrado | 12.070.206 | 12.418.627 | 12.618.547 | 13.215.703 |
| contatos | 3.977.264 | 4.205.125 | 4.323.397 | 4.681.650 |
| Floresta | 9.836.126 | 10.571.002 | 11.053.873 | 12.189.822 |

Embora a extensão desmatada em região de Cerrado siga sendo maior, a progressão do desmatamento em região de floresta cresce, talvez indicando a mais próxima exaustão da possibilidade de expansão agrícola no Cerrado. Mas o indicativo principal é a explosão do desmatamento em todo o Estado.



Evolução do desmatamento por ecossistema em MT



Por um lado, é evidente a correlação entre a extensão desmatada e o crescimento do PIB agrícola. Por outro, os dados demonstram a existência de certo controle do ritmo do desmatamento entre 1998 e 2001, período em que o PIB seguiu crescente, concomitantemente à implantação do sistema de licenciamento ambiental de grandes propriedades rurais. Porém, a partir de 2002 (ano eleitoral), o desmatamento ultrapassou o recorde histórico do próprio Mato Grosso. A estimativa mais recente do Inpe para 2003-2004 indica que a tendência se agravou no atual governo. Assim, o Estado perdeu sua vantagem comparativa em consequência do afrouxamento dos mesmos instrumentos de controle.

Impacto local

O desmatamento de grandes extensões contínuas e, particularmente, quando praticado de forma ilegal, sem qualquer controle ou planejamento, permite a expansão de pastos e lavouras, mas desencadeia processos de erosão, compactação e perda da fertilidade natural dos solos. Parte das áreas abertas no passado recente encontra-se degradada e subutilizada economicamente. Porém, não há políticas que priorizem a

reocupação dessas áreas em relação à abertura de novas. Com isso, algumas regiões regridem e parte da população migra para outras frentes de expansão.

Ocorre, ainda, a degradação de nascentes, matas ciliares e outras áreas de proteção permanente, afetando diretamente a qualidade das águas dos rios, facilitando a sua contaminação por agrotóxicos e outros insumos utilizados na agricultura. Em outubro de 2004, a Fema estimou que mais de um milhão de hectares de matas ciliares encontram-se degradados em todo o Estado. Essa situação afeta especialmente as populações que se abastecem de água não tratada.

Também se observa uma correlação direta entre os índices de desmatamento e os focos de fogo detectados por satélite, no que o Mato Grosso também tem sido campeão. Por sua vez, a concentração de queimadas nos meses de seca mantém uma espessa camada de fumaça sobre grande parte do Estado, determinando, por vezes, a suspensão do tráfego aéreo e a redução da visibilidade nas estradas. O comprometimento da qualidade do ar implica o aumento das enfermidades respiratórias em várias cidades, afetando especialmente a saúde das crianças.

Pouco se aproveita economicamente da massa florestal desvitalizada. Em geral, somente as madeiras nobres são aproveitadas e, ainda assim, por sua mera extração, sem qualquer sentido de manejo florestal (mesmo quando se cumprem, burocraticamente, os trâmites de planos de manejo nos órgãos ambientais). Às perdas em biodiversidade, soma-se o não uso econômico de diversos produtos florestais destruídos pelo fogo. O cômputo dos ganhos de produtividade agrícola não considera essas perdas, que se diluem para o conjunto da população.

Há que se considerar ainda que o desmatamento anda de mãos dadas com a grilagem de terras públicas, com o aumento da violência de grileiros contra posseiros e trabalhadores rurais pobres e com a sustentação de esquemas criminosos de corrupção que permeiam os vários níveis da administração pública, como bem demonstrou a recente Operação Curupira, drenando recursos que seriam preciosos para melhorar as condições de vida da população num contexto de fortes restrições fiscais.

Os efeitos do desmatamento sobre os micro-climas regionais são sensíveis ao provocarem alterações nos regimes de chuvas, voltando-se

como um bumerangue sobre o setor agrícola. Estudos recentes indicam, ainda, que o desmatamento no sul da Amazônia pode estar afetando as condições climáticas de outras regiões do centro-sul do Brasil.

Impacto global

Além de não interessar à maioria da população local, o desmatamento provoca efeitos em escala global. Na Amazônia, constitui o principal fator na composição das emissões brasileiras de gases de efeito estufa, que provocam as chamadas mudanças climáticas globais e o aquecimento da temperatura média do planeta. Internacionalmente, o efeito estufa é provocado majoritariamente (75% a 80%) pela queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural. A supressão de florestas e os usos inadequados do solo respondem pelos 25% restantes. Porém, a composição das emissões brasileiras é invertida em relação às emissões globais: mais de 70% são decorrentes do desmatamento na Amazônia, segundo o inventário oficial de emissões produzido pelo governo brasileiro.

Além disso, o aumento estonteante dos índices de desmatamento na Amazônia coloca o Brasil entre os cinco maiores poluidores atuais da atmosfera terrestre. Nos anos 1990, o País já era objeto de crítica internacional em consequência da média de 18 mil km² de florestas desmatadas ao ano, que representavam emissões da ordem de 200 milhões de toneladas líquidas de carbono. Na primeira metade desta década, a média anual se aproxima dos 25 mil km². A persistir a tendência, o volume adicional de carbono liberado na atmosfera pelo desmatamento na Amazônia poderá anular até a metade dos ganhos esperados em reduções globais de emissões caso venham a ser cumpridas as metas estabelecidas pelo Protocolo de Quioto, tratado internacional que visa diminuir a emissão de gases poluentes.

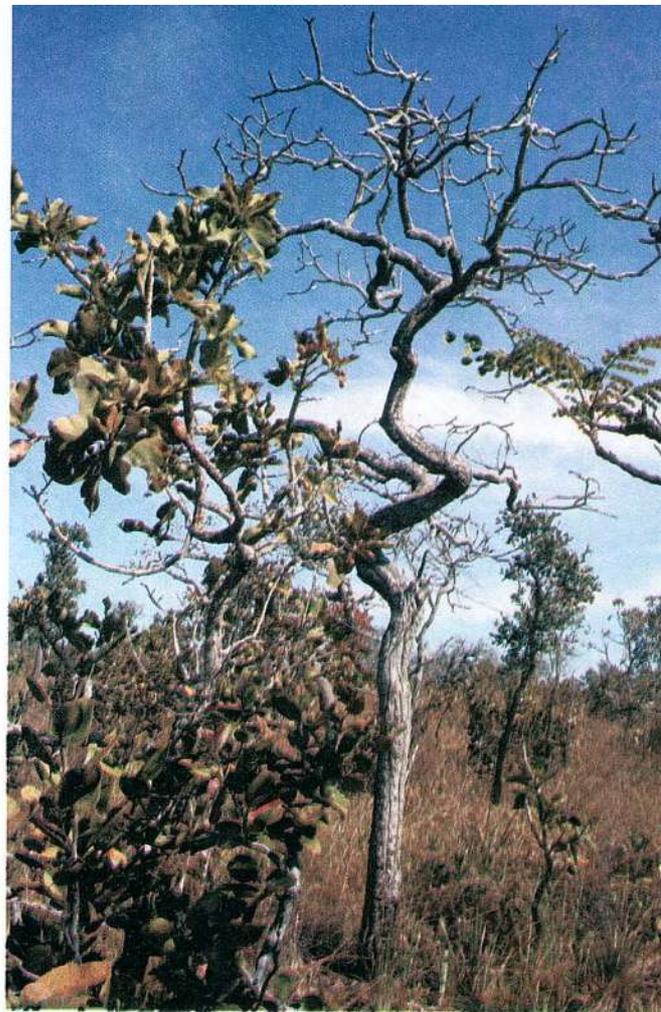
Como se sabe, as metas de Quioto são quase irrisórias diante do que a comunidade científica interna-

cional estima que seja preciso reduzir em emissões para se tentar estabilizar as condições do clima mundial. No entanto, para fixá-las foi necessária mais do que uma década de complexas negociações no âmbito da ONU. As reduções previstas, em média de 5,2% em relação aos níveis de emissões de 1990, devem ser efetivadas pelos países desenvolvidos, que são os principais emissores históricos de gases de efeito estufa. O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, não têm metas obrigatórias de redução de emissões a cumprir, embora já se inclua entre os maiores emissores atuais. No entanto, se os níveis de emissão aumentam irresponsavelmente, eles podem comprometer a eficácia do resultado para o clima mundial das reduções que se espera sejam efetivadas pelos países desenvolvidos.

A escalada do desmatamento coloca o País na defensiva no plano externo, justamente em relação às mudanças climáticas globais, cuja Convenção Internacional foi assinada pelos chefes de estado no Brasil, durante a Rio 92. Durante a conferência, nossa diplomacia desempenhou papel ativo na definição do Protocolo de Quioto, na inserção do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), na sua ratificação e entrada em vigor. A escalada da participação do Mato Grosso na composição do índice de desmatamento da Amazônia coloca a produção agropecuária do Estado no centro da questão. Com isto, compromete-se a competitividade de parte importante dessa produção que se volta para o mercado internacional, particularmente para os mercados europeus.

A quem interessa o desmatamento?

Uma análise mais imediatista tende a identificar os proprietários de terra ligados ao agronegócio como os principais beneficiários do desmatamento no Estado, em decorrência dos lucros que auferem com o aumento da produção obtido com a expansão da fronteira agrícola. No entanto, os impactos locais da agri-



cultura intensiva afetam a qualidade ambiental das propriedades rurais constituídas, com passivos crescentes no médio e no longo prazo. Da mesma forma, é essa produção destinada ao mercado internacional que está mais vulnerável às consequências da repercussão planetária que o aumento do desmatamento provoca. Os grileiros que abrem novas fronteiras em região de floresta parecem ser os grandes beneficiários do negócio, pois logram passar o "mico" do passivo acumulado aos agricultores que se dispuseram a comprar essas terras.

As políticas socioambientais vêm ocupando um papel de crescente importância para a definição e sustentação de qualquer projeto político nacional ou regional. Municípios, Estados, nações e organismos internacionais multilaterais esforçam-se para incorporar essa variável, ainda que no plano da sua retórica oficial. A crise ambiental do planeta já cobra e cobrará preços crescentes dos atores políticos e sociais, cuja responsabilidade não pode ser mais ocultada. No âmbito nacional, e amazônico, nenhum Estado poderá deixar de



construir tais políticas.

O Mato Grosso já aproveitou melhor, no passado, as oportunidades de apoio federal, ou da cooperação internacional, para buscar estruturar o seu órgão ambiental e mecanismos inovadores de controle, que depois foram afrouxados. E é precisamente a sua condição de liderança na produção agropecuária que cobra, com mais vigor e intensidade, a necessidade de políticas socioambientais consistentes. Diferentemente de outros estados da Amazônia, o Mato Grosso dispõe de uma base produtiva e fundiária mais consolidada e de capacidade técnica suficiente para definir e implementar políticas socioambientais mais sólidas.

No entanto, parece que toda a sua sociedade permanece prisioneira da lógica perversa que marca a atuação das frentes de grilagem nas regiões de fronteira, já que, não adianta se iludir, todos pagarão pelo passivo por elas gerado. O Mato Grosso ainda dispõe de ativos florestais suficientes para bancar boa parte dos passivos acumulados, potencializando o uso de mecanismos legais já existentes. Se prosseguir o desmatamento descontrolado, estes ativos deixaram de existir, sobrando um imenso custo de recuperação para as futuras gerações.

Aos mato-grossenses compete definir as políticas socioambientais que devem ser desenvolvidas, mas duas coisas são certas: é preciso estancar a sangria promovida pelas frentes de grilagem que ainda atuam no Estado fomentando o desmatamento ilegal e é preciso encontrar soluções criativas que permitam recuperar o passivo acumulado, com a participação de todos os setores interessados, segundo a responsabilidade diferenciada de cada um e com o menor custo possível.

Márcio Santilli

Formado em filosofia, foi deputado federal (1983-1986), presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), sócio-fundador e secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA). Atualmente, é coordenador da campanha *Y Ikatu Xingu*, cuja idéia mobilizadora é preservar e recuperar as nascentes e as matas ciliares do Rio Xingu em Mato Grosso.

"Pra Continuar Valendo Nosso Suor"

Gestão 2003-2006

Diretoria

- Presidente Júlio Cesar Martins Viana (Colíder)
- Vice-presidente Maria Aparecida Arruda Cortez (Várzea Grande)
- Sec. Geral Marli Keller (Cuiabá)
- 1ª Secretária Geral Maria Cirlene Resende Cunha (Cuiabá)
- Sec. Finanças Orlando Francisco (Cuiabá)
- 1ª Sec. Finanças Maria Helena Wagner (Barra do Garças)
- Sec. Infra-estrutura Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira)
- Antonio Marcos C. da Silva (Itiquira)
- Sec.Org. Sindical Edson Evangelista dos Santos (Cuiabá)
- Luiz Benedito Prina (São José dos Quatro Marcos)
- Sec. Form. Sindical Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande)
- Neuza Aparecida dos Reis (General Carneiro)
- Sec. Ass. Educacionais Maria Antonia Martins dos Santos (Cuiabá)
- Maria Luzenira Braz (Cuiabá)
- Sec. Comunicação Divanez Alves Correia (Porto Alegre do Norte)
- Sec. Artic. Sindical Helena Maria Bortolo (Cuiabá)
- Sílvio Sérgio Paccin (Denise)
- Sec. Funcs. Educação Maria da Piedade Cunha Lima Morais (Barra do Garças)
- Sec. Redes Municipais Lúcia de Lourdes Gonçalves (Cáceres)
- Tereza Piloneto Mangolin (Colíder)
- Sec. Políticas Sociais Maria Luiza Bartmeyer Zanirato (Cuiabá)
- Sec. Ass. Juríd. Legislativos Bregitte Margot Zittlau (Água Boa)
- Orlando Santos (Cuiabá)
- Sec. Aposentados Creuza Camila de Figueiredo (Cuiabá)
- Sec. Cultura Thelma Maria Silveira (Cuiabá)
- Sec. Adm. Sindical Isac Pintor (Juara)
- José do Carmo (Comodoro)

Pólos Regionais

- Oeste I: Ricardo de Assis (Poconé)
- Oeste II: José Alcides Gil (Cáceres)
- Oeste III: Francisco Santino da Silva (Pontes e Lacerda)
- Nortão I: Andiária Telma Lopes de Souza (Colíder)
- Nortão II: Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)
- Nortão III: Cleufa Hubner (Sinop)
- Nortão IV:
- Sul I: Bartolomeu B Belmonte (Rondonópolis)
- Sul II: Auro Antonio Merenguelli (Jaciará)
- Noroeste: Geovani de Matos Lins (Juína)
- Médio Norte I: Vânia Regina do Prado Vieira (Barra do Bugres)
- Médio Norte II: Mirian Botelho (Rosário Oeste)
- Leste I: Omar Cirino de Souza (Barra do Garças)
- Leste II: Ana Lúcia Antônia da Silva (Ribeirão Cascalheira)
- Leste III: Alex Ferreira da Cruz (Luciara)

www.sintep.org.br



 **INTEP-MT**

Livre, Democrático e de Luta

40 ANOS

www.sintep.org.br
sintep@terra.com.br
(65) 3623-4343